

COMPANHIA ENÉRGICA DE PETROLINA

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PETROLINA

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos:

Acionistas e Administradores da
COMPANHIA ENERGÉTICA DE PETROLINA
Petrolina - PE

Opinião sobre as demonstrações financeiras com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Companhia Energética de Petrolina** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia Energética de Petrolina** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 1 a Companhia possuía contrato de fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2023 e então parou de operar a partir de 01 de janeiro de 2024, diante disso a Companhia espera participar de um novo leilão para fornecimento de energia no qual está previsto para ocorrer no segundo semestre de 2025. Devido a incerteza da Companhia continuar operando e para atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, se faz necessário um estudo sobre o valor de realização a mercado de seus principais ativos, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui o montante de R\$ 11.307 mil relativo a estoque de combustível e R\$ 20.836 mil de ativo imobilizado, em caso de uma perda em sua alienação o mesmo deve ser provisionado ao resultado do exercício. Até a presente data esse estudo não foi feito pela Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

Danilo Cioffi da Silva
Contador CRC 1SP-311.457/O-5 "S" - PI

ECOVIS WFA Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-043.111/O-9

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA**Balancos patrimoniais
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023****(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.983	9.049	14.362	15.146
Contas a receber de clientes	5	1.268	16.853	17.766	36.865
Estoque de combustível		11.307	11.307	11.307	11.307
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13(c)	-	-	4	11
Impostos a recuperar	6	87	-	585	790
Partes relacionadas	7	-	4.500	-	-
Outras contas a receber		471	571	2.417	1.584
		18.116	42.280	46.441	65.703
Não circulante					
Depósitos judiciais	8	1.410	1.410	1.496	1.496
Impostos a recuperar	6	69	-	883	6.792
Investimentos	9	192.699	213.702	-	-
Intangível líquido		15	17	1.536	1.766
Imobilizado líquido	10	23.285	23.384	197.606	218.847
		217.478	238.513	201.521	228.901
Total do ativo		235.594	280.793	247.962	294.604

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA**Balancos Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023****(Em milhares de reais)**

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	11	1.318	2.104	3.224	4.294
Arrendamentos a pagar	10(c)	84	10	2.142	1.720
Adiantamentos de clientes	12	-	-	244	-
Obrigações sociais e trabalhistas		1.283	1.666	1.283	1.666
Obrigações tributárias		17	756	17	767
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13(c)	-	9.522	375	9.938
Provisão para custos com pesquisa e desenvolvimento	14	311	1.181	311	1.181
Partes relacionadas	15(a)	-	6.000	-	6.000
Outras contas a pagar		59	2.503	873	3.686
		3.072	23.742	8.469	29.252
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13(a)	276	15	276	15
Impostos Diferidos		-	-	141	141
Arrendamentos a pagar	10(c)	236	-	7.004	8.098
Provisão para demandas judiciais	8	-	-	62	62
		512	15	7.483	8.316
Patrimônio líquido					
Capital social	15	31.425	31.425	31.425	31.425
Reserva de lucros		200.585	225.611	200.585	225.611
		232.010	257.036	232.010	257.036
Total do passivo e patrimônio líquido		235.594	280.793	247.962	294.604

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	16(a)	9	109.080	128.553	241.213
Custos de operação e manutenção	16(c)	-	(31.487)	(39.712)	(67.877)
Lucro bruto		9	77.593	88.841	173.336
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	16(c)	(21.785)	(18.301)	(25.119)	(24.756)
Resultado da equivalência patrimonial	9(a)	84.491	84.861	-	-
		62.706	66.560	(25.119)	(24.756)
Lucro antes do resultado financeiro		62.715	144.153	63.722	148.580
Resultado financeiro, líquido	16(b)	1.067	5.243	4.358	5.179
Lucro antes dos impostos		63.782	149.396	68.080	153.759
Imposto de renda e contribuição social	13(b)	(2)	(18.661)	(4.300)	(23.024)
Lucro líquido do exercício		63.780	130.735	63.780	130.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	63.780	130.735	63.780	130.735
Total do resultado abrangente do exercício	63.780	130.735	63.780	130.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros				Total
			Reserva de Incentivos fiscais	Reserva Legal	Lucros a disposição da assembleia	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		62.019	165.888	12.404	57.990	-	298.301
Aumento de capital	15(a)	9.406	(2.406)	(7.000)	-	-	-
Redução de capital	15(a)	(40.000)	-	-	-	-	(40.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	130.735	130.735
Destinações:	15(b)						
Reserva Legal		-	-	881	-	(881)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(57.990)	(74.010)	(132.000)
Incentivos fiscais do lucro da exploração		-	12.212	-	-	(12.212)	-
Lucros a disposição da assembleia		-	-	-	43.632	(43.632)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		31.425	175.694	6.285	43.632	-	257.036
Lucro líquido do exercício						63.780	63.780
Destinações:	15(b)						
Dividendos distribuídos		-	-	-	(43.632)	(46.368)	(90.000)
Incentivos fiscais - Sudene		-	1.194	-	-	-	1.194
Lucros a disposição da assembleia		-	-	-	17.412	(17.412)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		31.425	176.888	6.285	17.412	-	232.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro antes dos impostos		63.782	149.396	68.080	153.759
Ajuste por:					
Depreciação do imobilizado	10	2.512	5.607	25.649	29.376
Amortização do intangível		8.095	7.975	327	238
Baixa por alienação/utilização do ativo imobilizado	10	431	31	238	1.290
Baixa por alienação/utilização do ativo intangível		298	-	-	-
Juros provisionados sobre arrendamentos	10	36	7	1.089	1.151
Juros sobre depósitos judiciais		-	(1.971)	-	(1.971)
Equivalência patrimonial	9	(84.491)	(84.861)	-	-
Variações nos ativos e passivos:					
Depósitos judiciais resgatados		-	10.050	-	10.050
Contas a receber		15.585	(3.327)	17.727	(2.878)
Estoques		-	602	-	602
Outras contas a receber		(73)	363	(74)	141
Fornecedores e outras contas pagar		(3.789)	(145)	(5.909)	(13.125)
Obrigações sociais e trabalhistas		(383)	(407)	(383)	(407)
Imposto de renda e contribuição social pagos	13(c)	(9.522)	(8.005)	(14.609)	(12.644)
Obrigações tributárias		(895)	(901)	5.377	(431)
Caixa líquido gerado pelas atividades Operacionais		(8.414)	74.414	97.512	165.151
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:					
Incentivos fiscais Sudene		1.194	-	1.194	-
Redução de capital dos investimentos		4.500	41.094	-	-
Redução de capital da controladora		(6.000)	(34.000)	(6.000)	(34.000)
Dividendos recebidos		97.500	55.007	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	10	(2.846)	(242)	(3.490)	(1.874)
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades de investimentos		94.348	61.859	(8.296)	(35.874)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Dividendos pagos	15	(90.000)	(132.000)	(90.000)	(132.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(90.000)	(132.000)	(90.000)	(132.000)
(Redução) aumento de caixa e equivalente caixa		(4.066)	4.273	(784)	(2.723)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.049	4.776	15.146	17.869
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.983	9.049	14.362	15.146
(Redução) aumento de caixa e equivalente caixa		(4.066)	4.273	(784)	(2.723)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Petrolina (“CEP” ou “Companhia”) foi constituída em 3 de dezembro de 2001 e autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução nº 230, de 24 de abril de 2002, mediante a implantação da unidade geradora termelétrica, no município de Petrolina, estado de Pernambuco.

A usina termelétrica de Petrolina conta com oito grupos geradores de 16.000 kW (*) cada, totalizando 128.000 kW de capacidade instalada, utilizando como combustível óleo tipo OC B1, e respectivo sistema de transmissão de interesse restrito, constituído de uma subestação elevadora, de 13,8/69 kV, com 170.000 kVA, e uma linha, em 69 kV, circuito duplo, com extensão de aproximadamente 17 km, conectando a subestação seccionadora de Petrolina, da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), empresa distribuidora de energia do Estado de Pernambuco.

Em 31 de dezembro de 2005, em face do vencimento do contrato que a CEP mantinha com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), a CEP participou de leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos do novo modelo institucional do setor elétrico, consubstanciado na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

A CEP foi bem-sucedida no leilão de energia nova, realizado em 29 de junho de 2006, tendo comercializado toda a sua disponibilidade e assinado contratos com trinta (30) distribuidoras. Os contratos com vigência de 15 anos iniciaram-se em 1º de janeiro de 2009 e terminaram em 31 de dezembro de 2023. Durante o período de vigência, sempre que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) enviava correspondência solicitando o fornecimento de energia, a CEP fornecia energia em conformidade com os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), fato que impactava significativamente o faturamento e, conseqüentemente, os custos de geração, em especial as compras de combustíveis, refletidos também nos saldos de “Contas a receber” e “Fornecedores”, no balanço patrimonial da Companhia.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes autorizações para funcionamento como “produtor independente de energia elétrica” expedidas pela ANEEL e capacidades de geração de energia elétrica:

<u>Empresas</u>	<u>Portaria</u>	<u>Data de publicação</u>	<u>Capacidade instalada</u>	<u>Prazo de duração</u>
Companhia Energética de Petrolina S.A.	230	24/04/2002	136,2 MW	30 anos
Hidrelétrica Areia Branca S.A.	117	02/05/2000	18 MW	30 anos
Eólica Beberibe S.A.	104	29/03/2001	25,6 MW	30 anos
Eólica Pedra do Sal S.A.	533	01/10/2002	18 MW	30 anos

- **Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 07 de março de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.2.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

2.2. Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo.

2.4. Base para consolidação

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em atendimento ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, apresentadas abaixo:

Razão social	País sede	Participação		Controle	Consolidação Integral
		2024	2023		
Hidrelétrica Areia Branca S.A.	Brasil	100%	100%	100%	100%
Eólica Beberibe S.A.	Brasil	100%	100%	100%	100%
Eólica Pedra do Sal S.A.	Brasil	100%	100%	100%	100%

O controle da Companhia sobre as controladas está evidenciado pela participação societária e pela preponderância na deliberação sobre as atividades operacionais destas.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras, sendo destacada a participação dos sócios não controladores.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

(a) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são preparadas de acordo com as políticas contábeis consistentes com as da Controladora, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos sócios não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas.

2.5. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outros ganhos/ (perdas), líquidos".

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

(b) Classificação e mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(c) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

(d) Custo amortizado

Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(e) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(f) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e esse evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(g) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

(i) Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados e quando uma alocação confiável pode ser feita.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(j) Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. É constituída provisão quando necessário montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, sendo efetuada uma avaliação individual por cliente que possui títulos em atraso.

Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

As práticas contábeis relacionadas a esses passivos financeiros são as mesmas já mencionadas nas práticas contábeis relacionadas aos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- **Contas a pagar a fornecedores**

Inclui obrigações de curto prazo com fornecedores de combustível da Companhia e para a operacionalização dos geradores de energia de suas controladas.

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

- **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso, conforme mencionado na Nota 3.6.

- **Impostos**

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia efetua uma avaliação da probabilidade de perda nos seus processos e que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras pelo nível de julgamento requerido e análise pela administração das estimativas.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

3.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

(a) Operacionais

A receita de fornecimento é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável a todos os riscos e benefícios inerentes à energia forem transferidos para o distribuidor.

(b) Receita de juros

A receita de juros sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3.4. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Conforme mencionado na Nota 1, desde outubro de 2012 até o final dos contratos em 31 de dezembro de 2023, o ONS requisitava, quando necessário, o fornecimento de energia pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os estoques da Companhia eram compostos por combustíveis, necessários para a operacionalização da geração de energia.

3.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 1 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou alterações em relação aos estudos realizados em exercícios anteriores.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

3.8. Tributação

(a) Impostos sobre vendas de energia

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Alíquota
Programa de Integração Social (PIS)	0,65%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	3,00%

As receitas estão apresentadas líquidas desses encargos na demonstração do resultado. Os custos de operação e manutenção estão apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS e COFINS na demonstração do resultado.

(b) Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores de impostos a recolher são apresentados líquidos das antecipações e os valores passíveis de compensação, ao final do exercício, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

(c) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados que possam ser utilizados. E, os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

(d) Imposto de renda e contribuição social - lucro presumido

As controladas efetuam a apuração do imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% para cálculo do imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Depois de apurados os valores de acordo com os percentuais de presunção, as demais receitas são adicionadas na base de cálculo.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- (a) Imposto de renda - 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo e 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$60 trimestralmente ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$20 pelo número de meses do período de apuração.
- (b) Contribuição social - sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplica-se a alíquota de 9% para contribuição social.

3.9. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa - salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário, remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de assistência médica e refeição. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, na medida em que são incorridos.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

3.11. Provisões

(a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos serão requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia esperar que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas as quaisquer provisões são apresentadas na demonstração do resultado, líquida do respectivo reembolso, se existir.

(b) Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

(c) Outras provisões do setor

A Administração da Companhia efetua provisões relativas a obrigações do setor, como provisão para pesquisas e desenvolvimento, as quais possuem como base a receita de venda de energia, que pode ter sido determinada com base em estimativas da Administração.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.13. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários a vista	2.737	2.679	2.791	2.870
Aplicações financeiras	2.246	6.370	11.571	12.276
	4.983	9.049	14.362	15.146

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são representadas por aplicações automáticas e Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem mudança significativa no valor.

Instituição	Tipo de aplicação	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Banco Itaú	CDB - CDI	2.225	6.303	11.550	12.209
Banco Itaú	Automática	21	67	21	67
		2.246	6.370	11.571	12.276

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações em Certificados de Depósito Bancário (CDB) são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que variam entre 95% e 100%. As aplicações automáticas são remuneradas com base em percentuais que variam entre 2% e 4% ao ano e são mantidas até que as aplicações em CDB sejam efetivadas.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contratos de comercialização de energia (i)	-	16.283	-	16.283
Contratos Proinfa - Eletrobrás (ii)	-	-	17.635	20.012
Outros	1.268	570	131	570
	1.268	16.853	17.766	36.865

- (i) Em 1º de janeiro de 2009, a CEP iniciou o atendimento de seus contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com 30 (trinta) distribuidoras, com vigência de 15 anos e terminou em 31 de dezembro de 2023, conforme mencionado na Nota 1.
- (ii) Referem-se a valores vincendos a receber da Eletrobras pela venda da totalidade da sua energia assegurada através do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo, porém a Administração acredita que o risco relativo ao contas a receber é minimizado devido aos contratos serem celebrados com clientes, classificados pela Administração como clientes de primeira linha, sendo que não há parcelas vencidas.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRRF a compensar	73	-	-	-
PIS a compensar	3	-	232	451
COFINS a compensar	11	-	1.058	1.953
Processo Restituição Contribuição Social	69	-	-	-
PIS em Processo de Restituição (a)	-	-	-	875
COFINS em Processo de Restituição (a)	-	-	-	4.037
Outros	-	-	178	266
	<u>156</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>	<u>7.582</u>
Circulante	87	-	585	790
Não Circulante	69	-	883	6.792
	<u>156</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>	<u>7.582</u>

(a) As controladas ingressaram, nos anos de 2014 e 2015, com pedidos dos créditos de PIS e COFINS decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação dos parques geradores. Esses processos estavam em análise na Receita Federal do Brasil (RFB), sendo que durante o exercício de 2024, a controlada Eólica de Beberibe restituiu o montante de R\$3.057 e a controlada Hidrelétrica Areia Branca restituiu o montante de R\$1.854.

7. PARTES RELACIONADAS

	Controladora	
	2024	2023
Eólica Beberibe S.A. (i)	-	4.500
	<u>-</u>	<u>4.500</u>

(i) Em 10 de março de 2023, a Companhia aprovou uma redução de capital social na investida Beberibe, de R\$51.730 para R\$30.730, o que correspondente a uma redução no valor de R\$21.000, sem diminuição do número de ações. Em 2023 foi restituído à Companhia o valor de R\$16.500 e o saldo de R\$4.500 foi restituído durante o exercício de 2024.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos judiciais:				
Processos de multa - ANEEL (i)	1.397	1.397	1.397	1.397
Outros	13	13	99	99
	1.410	1.410	1.496	1.496

(i) A ANEEL aplicou uma multa por entender que a CEP não atendeu prontamente ao serviço de geração quando foi solicitada. A CEP recorreu administrativamente e teve a multa reduzida pela metade. Convencida da ilegalidade da cobrança efetuada pela ANEEL, a CEP depositou a multa em juízo e recorreu ao Judiciário, obtendo sentença favorável em primeira instância.

- **Processos classificados como perda provável**

A controlada Areia Branca possui litígios cíveis classificados por seus assessores jurídicos como de riscos prováveis de perda, no valor de R\$61.

- **Processos classificados como perda possível**

A controlada Beberibe é ré em processo cível de rescisão contratual e reintegração de posse relacionado ao contrato de arrendamento que possui com a Agropecuária Beraba e monta em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$ 212 (R\$ 33 em 2023). Na avaliação dos assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

Além do mencionado acima a Beberibe possui outros litígios cíveis classificados por seus assessores jurídicos como riscos possíveis de perda, no valor de R\$223 em 31 de dezembro de 2024.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

A controlada Areia Branca possui litígios cíveis classificados por seus assessores jurídicos como riscos possíveis de perda, no valor de R\$21 em 31 de dezembro de 2024 (R\$970 em 2023).

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os investimentos da Companhia são compostos por participações em outras empresas, bem como outros investimentos, como seguem:

(a) Avaliados pelo método da equivalência patrimonial

	Controladora	
	2024	2023
Avaliados pelo método da equivalência patrimonial	136.232	149.241
Direito de concessão	2.868	2.868
(-) Amortização direito de concessão (i)	(1.456)	(1.257)
	1.412	1.611
Mais-valia imobilizado	110.779	110.779
(-) Depreciação da mais valia do imobilizado (i)	(55.724)	(47.929)
	55.055	62.850
	192.699	213.702

(i) Amortizações de direito de concessão e mais valia do imobilizado estão sendo feitas em conformidade com o menor prazo entre a vida útil e o período de autorização das empresas adquiridas.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

<u>Investidas</u>	<u>Participação</u>	<u>2022</u>	<u>Redução de capital</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>2023</u>
Eólica Pedra do Sal S.A.	100%	42.747	(8.000)	23.659	(19.600)	38.806
Eólica Beberibe S.A.	100%	58.727	(21.000)	32.644	(21.000)	49.371
Hidrelétrica Areia Branca S.A.	100%	46.913	-	28.558	(14.407)	61.064
		<u>148.387</u>	<u>(29.000)</u>	<u>84.861</u>	<u>(55.007)</u>	<u>149.241</u>

Movimentação dos investimentos

<u>Investidas</u>	<u>Participação</u>	<u>2023</u>	<u>equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>2024</u>
Eólica Pedra do Sal S.A.	100%	38.806	22.740	(24.500)	37.046
Eólica Beberibe S.A.	100%	49.371	32.811	(37.000)	45.182
Hidrelétrica Areia Branca S.A.	100%	61.064	28.940	(36.000)	54.004
		<u>149.241</u>	<u>84.491</u>	<u>(97.500)</u>	<u>136.232</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

10. IMOBILIZADO LÍQUIDO

(a) Controladora

Custo de aquisição	Máquinas e equipamentos	Prédios	Direito de uso	Outros Imobilizado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	183.357	35.898	358	27.381	246.994
Adições	-	-	115	127	242
Baixa por alienação/utilização	-	-	-	(31)	(31)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	183.357	35.898	473	27.477	247.205
Transferência	85	-	-	70	155
Adições (i)	2.449	-	397	-	2.846
Baixa por alienação/utilização	(90)	-	(473)	(373)	(936)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	185.801	35.898	397	27.174	249.270

(i) O montante de R\$ 2.449 mil é decorrente da compra e montagem de geradores de energia solar com intuito de reduzir as despesas com energia elétrica através de geração própria.

Depreciação acumulada	Máquinas e equipamentos	Prédios	Direito de uso	Outros Imobilizado	Total
Vida útil	25 anos	25 anos	4 anos	10 anos	-
Taxas	4%	4%	25%	10%	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(173.797)	(29.160)	(348)	(14.909)	(218.214)
Despesa de depreciação do exercício	(3.865)	(1.436)	(116)	(190)	(5.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(177.662)	(30.596)	(464)	(15.099)	(223.821)
Transferência				(157)	(157)
Despesa de depreciação do exercício	(778)	(1.435)	(100)	(199)	(2.512)
Baixa por alienação/utilização	21	-	473	11	505
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(178.419)	(32.031)	(91)	(15.444)	(225.985)
Em 31 de dezembro de 2023	5.695	5.302	9	12.378	23.384
Em 31 de dezembro de 2024	7.382	3.867	306	11.730	23.285

A Administração entende que as taxas de depreciação adotadas são coerentes com as expectativas da vida útil econômica dos respectivos bens, principalmente os bens relacionados à operação, que

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e de 2023****(Em milhares de Reais)**

possuem prazo condizente com o prazo de autorização do leilão, e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2024.

(b) Consolidado**(i) Composição**

	Taxa média de depreciação %			2024	2023
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios e barragens	4,7	61.943	(39.633)	22.310	23.699
Edificações e benfeitorias	4,2	92.439	(62.686)	29.753	34.275
Máquinas e equipamentos	4,3	549.011	(423.411)	125.600	139.873
Direito de uso	11,2	16.836	(9.277)	7.559	8.360
Outros imobilizados	10,0	28.239	(15.855)	12.384	12.640
		748.468	(550.862)	197.606	218.847

(ii) Movimentação - consolidado

	Reservatório de barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Direito de uso	Outros	Total
Saldos 31 de dezembro de 2022	25.088	38.748	159.823	11.189	12.791	247.639
Adições	-	26	749	115	984	1.874
Baixa por alienação/ utilização	-	-	(41)	(1.046)	(203)	(1.290)
Transferências	-	85	505	-	(590)	-
Depreciação	(1.389)	(4.584)	(21.269)	(1.899)	(235)	(29.376)
Saldos 31 de dezembro de 2023	23.699	34.275	139.767	8.359	12.747	218.847
Adições	-	9	3.311	1.256	287	4.863
Baixa por alienação/ utilização	-	(12)	(81)	-	(362)	(455)
Transferências	-	74	(23)	-	(51)	-
Depreciação	(1.389)	(4.593)	(17.374)	(2.056)	(237)	(25.649)
Saldos 31 de dezembro de 2024	22.310	29.753	125.600	7.559	12.384	197.606

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

(c) Arrendamento mercantil (Direito de uso de imóveis)

São contratos de arrendamento de imóveis, utilizados na operação da Companhia.

A Companhia apurou às suas taxas de desconto baseada nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Para mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxa de incremento de empréstimo. A taxa média aplicada é de 11,5% ao ano.

A movimentação de saldos dos passivos de arrendamentos é apresentada no quadro abaixo:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	12.440
Reajustes contratuais	116	(928)
Juros do exercício	7	1.151
Contraprestações pagas	(124)	(2.845)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	9.818
Reajustes contratuais	397	1.255
Juros do exercício	36	1.089
Contraprestações pagas	(123)	(3.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	320	9.146
Circulante	84	2.142
Não circulante	236	7.004

O cronograma de vencimentos é o seguinte:

Maturidade dos contratos	Controladora	Consolidado
Vencimento das prestações		
2025	84	2.142
2026	103	2.394
2027	115	2.315
2028	18	998
2029	-	798
Após 2029	-	499
Total dos passivos	320	9.146

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

11. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores é representado, principalmente, por valores a pagar a fornecedor de combustível da Companhia e para a operacionalização dos geradores de energia de suas controladas.

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	Consolidado
	2024	2023
Eletrobrás - Proinfa (a)	244	-
	244	-

(a) (EMBPARG), antiga Eletrobras - Proinfa: De acordo com os termos do contrato com a Eletrobrás, as controladas possuem faturamentos mensais de energia compostos por duas parcelas: (i) relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada da Usina; e (ii) referente ao ajuste financeiro, que corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pela Usina. Este ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 avos por mês.

O saldo de 2024 foi consequência de a controlada Eólica Beberibe ter tido geração de energia inferior ao volume contratado. Esse valor será quitado durante o exercício de 2025.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia passou a apresentar saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, porém não reconheceu como diferido no ativo pois até o momento não há evidências de que terá lucros futuros. Os saldos no passivo são referentes às diferenças temporárias representadas por provisões temporariamente indedutíveis.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

Os saldos de imposto de renda e de contribuição social diferidos estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:				
Sobre diferenças temporárias (i)	82	378	82	378
	82	378	82	378
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:				
Diferenças temporárias -exclusão de depreciação (ii)	(358)	(393)	(358)	(393)
	(358)	(393)	(358)	(393)
Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(276)	(15)	(276)	(15)

(i) Referem-se às despesas com provisão para pesquisas e desenvolvimento que serão realizadas em exercícios futuros.

(ii) Referem-se à diferença de depreciação entre a taxa fiscal (10%) e taxa contábil (4%) do grupo "Máquinas e equipamentos", opção introduzida pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

(b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto calculado pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social lançadas nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo:

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e de 2023****(Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.782	149.396	68.080	153.759
Equivalência patrimonial	(84.491)	(84.861)	-	-
	<u>(20.709)</u>	<u>64.535</u>	<u>68.080</u>	<u>153.759</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social				
pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	-	(21.917)	(23.147)	(52.254)
Imposto de renda incentivado - lucro da exploração (i)	-	12.212	-	12.212
Diferenças permanentes	(2)	(1.303)	(2)	(1.303)
Reversão IR e CS diferidos sobre ágio	-	(14.681)	-	(14.681)
Reversão IR e CS ganho de processo	-	7.028	-	7.028
Efeito na apuração pelo lucro presumido nas investidas	-	-	18.849	25.974
	<u>(2)</u>	<u>(18.661)</u>	<u>(4.300)</u>	<u>(23.024)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(2)	(18.661)	(4.300)	(23.024)
Alíquota efetiva	-	12%	6%	15%

- (i) A Companhia obteve em 2017 direito à redução de IRPJ e adicionais, conforme Laudo Constitutivo nº 0173/2018 expedido pela SUDENE. A redução abrange o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2026 (10 anos).

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos está assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Diferido	(2)	1.332	(2)	1.332
Reversão IR e CS diferidos sobre ágio	-	(14.681)	-	(14.681)
Reversão IR e CS ganho de processo	-	7.028	-	7.028
Corrente	-	(12.340)	(4.298)	(16.703)
	<u>(2)</u>	<u>(18.661)</u>	<u>(4.300)</u>	<u>(23.024)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

(c) Imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
No ativo circulante	-	-	4	11
No passivo circulante	-	(9.522)	(375)	(9.938)
	-	(9.522)	(371)	(9.927)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(9.522)	(5.187)	(9.938)	(5.879)
Pagamentos no exercício	9.522	8.005	14.609	12.644
Provisão do exercício	-	(12.340)	(4.300)	(16.692)
Saldo final	-	(9.522)	(371)	(9.927)

14. PROVISÃO PARA CUSTOS COM PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO

Conforme determinado pela ANEEL, a Companhia deve destinar 0,4% de sua receita operacional líquida para pesquisas e desenvolvimentos no setor de energia, a qual possui projetos aprovados pela ANEEL para investimento de parte do valor provisionado. A intenção da Administração é de investir 100% dos valores provisionados.

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	1.181	1.430
Provisão do exercício	-	1.080
Atualizações monetárias	60	155
Pagamentos	(930)	(1.484)
Saldo final	311	1.181

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia registrou a Ata de aprovação para o aumento de capital social da Companhia, de R\$62.019 para R\$64.425, sendo o correspondente aumento, no valor de R\$2.406, equivalente ao valor do incentivo de “redução por investimento”, com fundamento na Portaria DFIN nº 0024/2019, que aprovou o Parecer CGIF nº 0235/2019 da SUDENE, encaminhada pelo Ofício nº 1965/2019 e no Ofício nº 2090/2019, que autorizou a liberação dos recursos depositados no Banco do Nordeste S.A. Referido aumento de capital opera-se mediante capitalização de recursos detidos pela Companhia, distribuído proporcionalmente entre os Acionistas, nos moldes do Art. 169, da Lei das Sociedades por Ações, sem a emissão de novas ações.

Em 06 de outubro de 2023, a Companhia aprovou a capitalização de R\$7.000 oriundos da conta de reserva legal e no mesmo ato aprovou a redução de capital social no valor de R\$40.000 passando o capital social da Companhia para R\$31.525.

Do valor da redução, R\$34.000 foi restituído aos acionistas em 2023 e o saldo de R\$6.000 foi restituído em 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Companhia está representado por 73.980 ações distribuídas entre os acionistas, como segue:

Em 28 de julho de 2023, a COMVIX Trading S.A. saiu da sociedade da Companhia distribuindo suas participações diretamente às pessoas físicas como segue:

Acionistas				Nº de
	Ordinárias	Preferenciais	Total	ações
				%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	16.184	8.555	24.739	33,44
Caraíva Participações Ltda.	9.247	5.549	14.796	20,00
Fernando Aboudib Camargo	7.243	4.346	11.589	15,66
Vale do Lobo Participações S.C. Ltda.	9.247	-	9.247	12,50
Andrea Guasti	1.601	3.180	4.781	6,46
Antônio José Louçã Pargana	2.620	1.572	4.192	5,67
João Rodrigues da Cunha Neto	-	2.220	2.220	3,00
Orlando Machado Júnior	-	1.339	1.339	1,81
Claudio dos Santos	95	797	892	1,21
Espólio de Erildo Martins Filho	-	185	185	0,25
Total	46.237	27.743	73.980	100

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Comvix Trading S.A.	(11.559)	(6.936)	(18.495)
Fernando Aboudib Camargo	7.243	4.346	11.589
Antônio José Louçã Pargana	2.620	1.572	4.192
Andrea Guasti	1.601	960	2.561
Claudio dos Santos	95	58	153

(b) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estão previstas as seguintes destinações ao lucro líquido:

- (i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital integralizado.
- (ii) O saldo remanescente do lucro será integralmente destinado à distribuição para os acionistas, a não ser que outra destinação seja atribuída pela Assembleia Geral.
- (iii) Os dividendos mínimos obrigatórios a ser distribuídos são de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido.

A Companhia constituiu reserva legal referente a 5% do lucro líquido ajustado atingindo o limite de 20% do capital, dessa forma não se faz necessária constituição em 2024.

	2024	2023
Lucro do exercício	63.780	130.735
(-) Reserva legal	-	(881)
(-) Reserva de incentivo fiscal (i)	-	(12.212)
Base de cálculo dos dividendos	63.780	117.642
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	15.945	29.410
Dividendos adicionais	74.055	102.590
Dividendos distribuídos no exercício	90.000	132.000

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

(i) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia gozou de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido nas operações de sua usina localizada em Petrolina (PE) no período de 2002 até 2013.

A Companhia, em 2017, tornou a obter o direito à redução de IRPJ e adicionais, conforme Laudo Constitutivo nº 0173/2018 expedido pela SUDENE. A redução alcança o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2026 (dez anos).

Esses incentivos, concedidos pela ADENE, consistem na isenção de 75% do imposto de renda sobre resultados anuais apurados. O incentivo fiscal do imposto de renda é contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado e segregado em conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

16. RECEITA LÍQUIDA

(a) Composição da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas operacionais	10	120.198	133.424	257.337
Deduções das receitas operacionais	(1)	(11.118)	(4.871)	(16.124)
Receita líquida	9	109.080	128.553	241.213

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA**Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e de 2023****(Em milhares de Reais)****(b) Resultado financeiro, líquido**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1.290	671	2.059	1.291
Juros de tributos	-	1.995	3.582	2.465
Correção monetária sobre Indenização ESS – novembro-2014 (i)	-	2.888	-	2.888
	1.290	5.554	5.641	6.644
Despesas financeiras				
Juros sobre pesquisa e desenvolvimento	(60)	(155)	(60)	(155)
Juros sobre arrendamentos	(35)	(7)	(1.087)	(1.151)
Outras despesas financeiras	(128)	(149)	(136)	(159)
	(223)	(311)	(1.283)	(1.465)
Resultado financeiro líquido	1.067	5.243	4.358	5.179

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

(c) Custo de operação e manutenção e receitas (despesas) gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Indenização ESS – novembro 2014 (i)	-	1.917	-	1.917
Rateio Desligamento sem sucessão	-	130	-	130
Custos de operação e máquina (“O&M”)	(2.049)	(7.672)	(12.626)	(18.091)
Custos de combustível	864	(1.134)	864	(1.134)
Custos de “tugd” (ii)	-	(11.862)	(6.026)	(17.722)
Custo com risco hidrológico	-	-	(2.590)	(2.469)
Custos de manutenção - peças	(28)	(306)	(199)	(486)
Custos da depreciação/amortização	(10.398)	(13.461)	(25.764)	(29.491)
Custos de óleo lubrificante	-	(3)	-	(3)
Custos de manutenção - Serviços	(73)	(211)	(1.419)	(1.595)
Compra de energia	-	(4.851)	-	(4.851)
Serviços de terceiros	(2.437)	(2.329)	(5.913)	(4.506)
Gastos com pessoal	(3.890)	(5.098)	(4.072)	(5.098)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento	-	(1.080)	-	(1.080)
Custos de ocupação	(510)	(514)	(768)	(702)
Custos de segurança	-	(600)	-	(1.895)
Custos de seguros	(1.481)	(1.681)	(2.660)	(2.754)
Custos de comunicação	(291)	(317)	(502)	(673)
Impostos e taxas	(775)	(17)	(1.475)	(600)
Outros custos	(717)	(699)	(1.681)	(1.530)
	(21.785)	(49.788)	(64.831)	(92.633)
Custos de operação e manutenção	-	(31.487)	(39.712)	(67.877)
Receitas (Despesas) gerais e administrativas	(21.785)	(18.301)	(25.119)	(24.756)

- (i) Recontabilização do mês de novembro de 2014 ocorrida na CCEE referente a indenização de ESS – Encargos Sobre Serviços.
- (ii) Tugd – Tarifa de utilização do sistema de distribuição.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os valores contábeis aproximam-se do valor justo.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2024, os principais instrumentos financeiros da Companhia eram:

- Caixa e equivalentes de caixa - pequeno caixa, saldos em contas-correntes e aplicações financeiras com liquidez imediata. O valor de mercado equivale ao contábil.
- Contas a receber - recebíveis oriundos do fornecimento de energia, apresentados ao valor estimado de realização.
- Depósitos judiciais - valores depositados relativos a processos judiciais. Encontram-se registrados ao valor estimado de realização.
- Fornecedores - valores a pagar pela compra de combustíveis, mercadorias e serviços. Encontram-se registrados ao valor estimado de liquidação.

Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

Quadro-resumo dos instrumentos financeiros - ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	4.983	9.049	14.362	15.146
Contas a receber (Nota 5)	1.268	16.853	17.766	36.865
Depósitos judiciais (Nota 8)	1.410	1.410	1.496	1.496
Fornecedores (Nota 11)	(1.318)	(2.104)	(3.224)	(4.294)

A estratégia de gerenciamento dos riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos a seguir:

18.2. Riscos

18.2.1. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía operações que impactaram ou possam ser impactadas pelas flutuações cambiais, pois não possui operações em moeda estrangeira.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

18.2.2. Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O risco de taxa de juros decorre da atualização do parcelamento de impostos referenciada à Selic e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

18.2.3. Risco de contas a receber e crédito

A política de fornecimento de energia da Companhia está relacionada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar. A Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada com os clientes que possuem contratos de leilão. Os contratos de leilão estão no nível dos preços fechado no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia serão liquidadas no âmbito da CCEE. A Companhia possui volumes contratados adequados com sua capacidade instalada.

A carteira de cliente da Companhia não é diversificada e há seletividade das distribuidoras pelos organizadores do leilão, com os quais a Companhia possui contratos de longo prazo sem que haja histórico e perspectivas de perdas com esses clientes. Portanto, a Administração da Companhia concluiu que o risco de contas a receber e crédito é reduzido.

18.2.4. Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos, levando em consideração prazos de pagamentos de impostos, impostos parcelados, obrigações e fornecedores.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com liquidez em curto prazo, o que fornece margem suficiente para resgates para atendimento das previsões acima mencionadas.

Garantia

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui fiança por seguro garantia no valor de R\$6.981, tendo como beneficiário o Juízo de Direito de Seção Judiciária de Pernambuco em Petrolina para garantir o pagamento de parte das quantias questionadas na ação movida pela Companhia contra a União e a CBEE com vigência até 17 de agosto de 2027.

COMPANHIA ENERGÉTICA PETROLINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de Reais)

18.2.5. Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

19. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia considerou como “pessoal-chave da Administração” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composta pelo diretor presidente e diretor de controles e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Os benefícios concedidos ao “pessoal estratégico da Administração” compreendem os benefícios usuais e adicionais concedidos pela Companhia.

* * *